



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Processo nº: 124/2023

Modalidade: Pregão 77/2023

Edital nº: 77/2023

Forma: Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Refere-se a para contratação de serviços técnicos de atualização da base cadastral e cartográfica rural, mediante a execução de serviços de aerolevanteamento com a implantação de sistema SIG (Sistemas de Informações Geográficas), módulos de sistemas móveis de pesquisa de campo, execução de serviços de pesquisa de campo, com a finalidade de implantar um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM RURAL), conforme a orientação da Portaria nº 3.242/2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Trata-se de solicitação de esclarecimentos apresentados pela empresa CONSAG Consultoria Ambiental & Geotecnologias, na data de 29 de setembro de 2023, por meio eletrônico, requerendo em síntese o esclarecimento dos seguintes pontos.

1 – DESATUALIZAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÕES

A solicitante alega desatualização, quanto as normas de referência para a execução dos serviços, ocorre que alegação não merece prosperar, sendo que os Decretos Federais nº 89.817/84 e 5.334/2005, não estão desatualizados, haja vista que os mesmos se encontram atualmente em vigor, conforme pode ser consultado no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d89817.htm. Importante mencionar ainda que, em que pese os mesmos não estarem desatualizados, os mesmos não atendem aos padrões atuais, conforme disposto no PRC-GE/E 3001/09 – Especificação Técnica para a Aquisição de Dados Geoespaciais e Vetoriais.

Considerando estas questões, temos que assiste razão, sendo retificado o item 2 do Anexo I – Termo de Referência, conforme informações a seguir mencionadas.

Onde se lê:

Secretaria M. de Fazenda – Setor de Licitações – Av. Olegário Maciel, 129 – 2º Andar - Centro Monte Carmelo – MG



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda

“Quanto as normas vigentes e procedimentos usuais para cada etapa de trabalho de modo a garantir a precisão e qualidade dos serviços foram adotados como referenciais para elaboração do presente termo de referência a seguinte legislação:

Decreto-Lei nº 1.177 de 21/06/71 - Dispõe sobre o aerolevanteamento em território nacional;

Decreto nº 2.278 de 17/07/97 – RAA - Regulamenta o Decreto-Lei nº 1177 de 21/6/71 que dispõe sobre aerolevanteamento no território nacional;

Decreto 89.817, de 20/06/84 - Instruções reguladoras das normas técnicas da cartografia nacional quanto aos padrões de exatidão;

Decreto nº 5.334 de 6/01/2005 - Da nova redação ao art. 21 e revoga o art. 22 do Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984, que estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional;

Decreto-lei nº 243/67 de 28 de fevereiro de 1967 - Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências;

Portaria nº 0637-SC-6/FA-61 de 05/03/98 – IRA - Aprova as Instruções Reguladoras de Aerolevanteamento em território nacional;

RPR 22, de 21/07/1983 – IBGE - Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos no Território Brasileiro;

RPR 1/2005 – IBGE - Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro para o SIRGAS – Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas;

NBR 14.166, de 30/09/1998 - Descreve os procedimentos para a implantação de Redes de Referência Cadastral Municipal;

NBR 13.133, de 30/06/1994 – Que trata da execução de levantamentos topográficos.

NBR 15.777 de 12/12/2009 – Define convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais nas escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000.

Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB) – CONCAR nov/2009.

Resolução nº 419/2017 – ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 94 – RBAC-E nº94 – Requisitos Gerais Para Aeronaves Não Tripuladas de Uso Civil.

Lei Federal 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Lei Federal 10.520/2002;

Portaria nº 3.242/2022, Cadastro Técnico Multifinalitário, Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR;”



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda

Leia-se:

“Quanto as normas vigentes e procedimentos usuais para cada etapa de trabalho de modo a garantir a precisão e qualidade dos serviços foram adotados como referenciais para elaboração do presente termo de referência a seguinte legislação:

Decreto-Lei nº 1.177 de 21/06/71 - Dispõe sobre o aerolevanteamento em território nacional;

Decreto nº 2.278 de 17/07/97 – RAA - Regulamenta o Decreto-Lei nº 1177 de 21/6/71 que dispõe sobre aerolevanteamento no território nacional;

PRC-GE/E 3001/09 – Especificação Técnica para a Aquisição de Dados Geospaciais e Vetoriais (ET-ADGV)

Decreto-lei nº 243/67 de 28 de fevereiro de 1967 - Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências;

Portaria nº 0637-SC-6/FA-61 de 05/03/98 – IRA - Aprova as Instruções Reguladoras de Aerolevanteamento em território nacional;

RPR 22, de 21/07/1983 – IBGE - Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos no Território Brasileiro;

RPR 1/2005 – IBGE - Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro para o SIRGAS – Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas;

NBR 14.166 - Descreve os procedimentos para a implantação de Redes de Referência Cadastral Municipal;

NBR 13.133 - Trata da execução de levantamentos topográficos;

NBR 15.777 de 12/12/2009 – Define convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais nas escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000.

Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB) – CONCAR nov/2009.

Resolução nº 419/2017 – ANAC - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 94 – RBAC-E nº94 – Requisitos Gerais Para Aeronaves Não Tripuladas de Uso Civil.

Lei Federal 8.666/93 - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Lei Federal 10.520/2002;

Portaria nº 3.242/2022, Cadastro Técnico Multifinalitário, Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR;

2 – SOBRE A PROVA DE CONCEITO



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda

Questionamento: A solicitante requer os seguintes esclarecimentos: Sobre a prova de conceitos, deixa subentendido que o software deve estar implementado e funcional no prazo máximo de 2 dias após a sessão pública de credenciamento e julgamento das propostas e documentos de habilitação. O que seria inviável a elaboração do mesmo em tempo de 14 dias (21/09/2023 a 05/10/2023).

Resposta: Neste ponto não assiste razão a solicitante, **pois a prova de conceito não se refere a implementação do software**, sendo esta uma etapa de execução do projeto conforme descrito no item 3.2.8 do Anexo I – Termo de Referência.

A prova de conceito, na verdade, visa apenas aferir se a solução de software proposta pela licitante atende as especificações constantes do Anexo I.A do instrumento convocatório. Importante destacar que a prova de conceito é instrumento apto e adequado, sendo adoção da referida prova de conceito consolidada na jurisprudência das Cortes de Contas, conforme podemos extrair dos acórdãos a seguir mencionados:

A exigência de apresentação de amostras é admitida apenas na fase de classificação das propostas e somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar. (TCU - Acórdão nº 2640/2019 – Plenário – Min. Rel.: Bruno Dantas)

A prova de conceito, meio para avaliação dos produtos ofertados, pode ser exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mas não pode ser exigida como condição para habilitação, por inexistência de previsão legal. (TCU - Acórdão nº 2763/2013 – Plenário – Min. Rel.: Weder de Oliveira)

Portanto, não que se falar em implementação, mas sim a realização da prova de conceito, para verificar a adequação da solução de software proposta com as disposições editalícias, nos termos do item 9.33 do instrumento convocatório e do Anexo I.A – Das especificações dos sistemas e da Prova de Conceito (POC).

3 – SOBRE O ACERVO TÉCNICO

Questionamento: Acerca do acervo técnico, gostaria de saber se a certidão deve ser tirada em nome de todos os profissionais do quadro técnico exigidos para o serviço ou apenas do responsável técnico pela empresa.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda

Resposta: No que tange ao acervo técnico, não ficou claro o objeto da dúvida da solicitante. Neste sentido, temos que referente ao acervo técnico (atestado de capacidade técnica) devem ser atendidas as disposições constantes dos itens 7.2 e 7.3 do Anexo I – Termo de Referência, sendo que no item 7.2 deve ser demonstrada a experiência anterior do Responsável Técnico apresentado pela licitante, mediante a apresentação de CAT's ou RRt's.

Neste sentido esclarecidas as questões, se mantém inalterada a data da sessão pública, haja vista que a retificação consignada no questionamento 01, não impede ou altera as condições de apresentação de propostas por parte das licitantes, conforme consignado no art. 21, §4º da Lei Federal nº 8.666/1.993.

Monte Carmelo/MG, 02 de outubro de 2023.

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro